XXI Encontro Nacional da ANPUR
Curitiba
19 a 23 de Maio de 2025
ideias, políticas e práticas em territorialidades do Sul Global

A HIDROVIA PARAGUAI-PARANÁ NA GEOPOLÍTICA GLOBAL:

DEPENDÊNCIA, PRODUÇÃO DO ESPAÇO E A RETOMADA DOS ESTADOS UNIDOS NA INFRAESTRUTURA REGIONAL CRÍTICA SUL-AMERICANA

Martin Scarpacci
IPPUR-UFRJ | martinescarpacci@gmail.com

Sessão Temática 01: Produção do espaço urbano e regional

Resumo: Este trabalho analisa a dialética entre produção do espaço urbano-rural e o modo de produção primário-exportador na Bacia do Prata, com foco na infraestrutura transnacional da Hidrovia Paraguai-Paraná, e como esse espaço produzido tenderá a reproduzir-se amarrando a região a uma relação dependente e subordinada. Na introdução lançamos as bases da noção de dependência, enraizada no longo processo histórico que abrange os diferentes ciclos sistémicos de acumulação produzidos no quadro de uma relação centro-periferia. Numa primeira seção, analisamos o processo histórico da Hidrovia Paraguai-Paraná, infraestrutura critica transnacional do projeto neoliberal orquestrado de acordo aos interesses do capitalismo norte-americano. Numa segunda secção, problematizamos o hiato da concessão da Hidrovia Paraguai-Paraná que está aberto desde o 30 de abril de 2021. Na última secção analisamos a recente retomada americana no quadro do governo de Javier Milei. Na conclusão afirmamos que o (re)esquentamento da luta entre as potências hegemónicas é pelo domínio desta periferia global, especialmente pelo controle dos recursos primários, destacamos o papel das infraestruturas, e afirmamos que a dependência está assegurada pela dialética entre o mandato exportador e o espaço produzido.

Palavras-chave: Infraestrutura; Hidrovia; Produção do espaço; Dependencia; Hegemonia.

TRADUÇÃO DO TÍTULO EM INGLÊS

Abstract: *This analisa tongue to dialytic between producução do Spanish-rural and mode of primal-exporter na bacia do Prata, com focam Relação dependent and subordinate. Na Introdução lançamos as bases of the dependence, rooted, no historical process that opens different systemic cycles of accumulated not produced no quadro of Uma Relação Central-Periferia. Numa Primeira Seção, we analyze or historical process of Hydrovia Paraguai-Paraná, infrastruture Transnational critical do Projeto Neoliberal Orchestraine of Acordo years Inventions of North-American Capitalism. Numa Second Secção, we problematize or hiatus of concessão da hydrovia Paraguai-Paraná that is ABERTO from or April 30, 2021. Na Last Secção we analyze a Recent American Retomated No Quadro do Governo of Javier Milei. Na conclusion we affirm that o (re) schential gives loss between hegemonic potes and dominant hair with a global periphery, especially hair control two primary resources, we highlight or paper of infrastrutures, and we affirm that to depending on the dependent diametic between or export mandate and export mandate and or Spanish produced.*

Keywords: *Infrastructure; Hydrovia; Space production; Dependence; Hegemony.*

TRADUÇÃO DO TÍTULO EM ESPANHOL

Resumen: *Este documento analiza la dialéctica entre la producción urbano-rural y el modo de producción primario exportadora en la Cuenca de Plata, centrándose en la infraestructura transnacional que conforma la Hidrovia Paraguay-Paraná, y cómo este espacio producido tenderá a reproducirse amarrando a la región a una relación dependiente y subordinada. En la introducción, lanzamos las bases de la noción de dependencia, enraizada en el largo proceso histórico que abarca los diferentes ciclos sistémicos de acumulación producidos en el marco de una relación centro-periferia. En una primera sección, analizamos el proceso histórico de la Hidrovia Paraguay-Paraná, esto es, la gran infraestructura crítica transnacional del proyecto neoliberal que fue orquestada de acuerdo con los intereses del capitalismo estadounidense. En una segunda sección, problematizamos la pausa de la concesión de la Hidrovia Paraguay-Paraná que se mantiene abierta desde el 30 de abril de 2021. En la última sección analizamos la reciente retomada estadounidense en el marco del gobierno de Javier Milei. En la conclusión, afirmamos que la la lucha entre los poderes hegemónicos por el dominio de esta periferia global, es especialmente para mantener el control de los recursos primarios, resaltando el papel de las infraestructuras y afirmando que la dependencia está garantizada por la dialéctica entre el mandato de exportador y el espacio producido.*

Palabras clave: *Infraestructura; Hidrovia; Producción del espacio; Dependencia; Hegemonía.*

INTRODUÇÃO

Manuel Castells, em seu artigo "A urbanização dependente na América Latina", questiona a generalização do termo "cidades latino-americanas". Em seguida, explica que essas cidades preservam uma "marca comum", uma mesma determinação social, ou seja, o modo de articulação com relação ao colonialismo ibérico inicialmente, e ao imperialismo inglês depois. Em outras palavras, a dependência colonial em suas variantes espanhola e portuguesa, e gradualmente, no contexto de um lento, embora, progressivo processo de diversificação regional. Isso soma-se ao jogo geopolítico e às transformações na correlação de forças das potencias coloniais, dá lugar à dependência do tipo capitalista-imperialista com hegemonia estadunidense. Portanto, com base no estudo do processo histórico, Castells entende que, mesmo sendo os países da região sociedades tão radicalmente distintas, existe "uma especificidade latino-americana na medida em que há especificidade regional das relações de dependência no quadro do sistema imperialista" (1973, 3).

Um detalhe não menos importante é que a análise da "urbanização dependente" realizada por Castells enxerga as relações centro-periferia desde Chile, onde nesse momento, o pesquisador Espanhol reside. Mais importante ainda, é que a coletânea é publicada apenas alguns meses antes do golpe de Estado perpetrado por Augusto Pinochet contra o governo democrático e socialista de Salvador Allende, em 11 de setembro de 1973. Assim, o livro "Imperialismo e Urbanização na América Latina" demonstra os problemas estruturais dessa etapa chilena e latino-americana, além de abordar os temas que preocupavam a academia e as instituições na época. Os capítulos do livro apresentam um balanço do momento que antecede a virada violenta do ciclo sistêmico de acumulação com hegemonia estadunidense, que passa de sua fase produtiva-industrial para a fase especulativa-financeira (Arrighi, 1994) inaugurando assim o período neoliberal. Aqui é importante sinalizar, que essa virada, marca um antes e um depois que ainda não acaba.

No mesmo livro, Hardoy e Moreno (1973) fizeram um diagnóstico observando sintomas e tendências da urbanização dependente latino-americana. Eles analisam a desconexão histórica das elites locais com o resto da sociedade, destacando as diferenças evidentes entre os interesses nacionais e os estrangeiros, e acrescentam que essas diferenças de origem marcaram significativamente tanto a ocupação do território como os modelos sociopolíticos da região. Em outras palavras, os modelos produtivos latino-americanos estruturaram os espaços nacionais, e, para maior detalhe, os autores desagregam as características centrais do processo de urbanização que aqui brevemente revisamos: migração rural-urbana acelerada, industrialização aceitável em alguns lugares e em alguns poucos países, grandes desequilíbrios regionais e a persistência de uma estrutura rural com todas as características do subdesenvolvimento. Destacam também a primazia urbana das capitais e afirmam que as elites dominantes atuam a partir destes centros e promovem seu crescimento através da concentração de capital, poder político e serviços, obstruindo qualquer noção de equidade espacial ou social.

Para Hardoy e Moreno (1973) valida-se um modelo histórico de crescimento urbano vertical, ou seja, concentração de recursos junto com à centralização de decisões vinculadas aos interesses primários-exportadores, cristalizando-se em uma estrutura espacial ordenada de forma heterogênea de acordo ao poder econômico de cada classe social. Ordem que, por sua vez, determina uma característica estrutural da cidade e da sociedade dos países da região; caraterística que Pinto (1976), juntamente com outros autores da CEPAL, define como *heterogeneidade histórico estrutural latino-americana*. O trabalho de Hardoy e Moreno (1973) destaca também que a residência urbana das elites dominantes se localizou desde o início da colónia nas faixas costeiras marítimas ou fluviais, respondendo aos interesses comerciais estrangeiros e nacionais, e de acordo a essa jerarquia centro-periferia que ordena a persistente divisão internacional do trabalho. Finalmente, o diagnóstico explica que, até agora, inicios da década de 1970, os governos têm sido incapazes de resolver os problemas urbanos mais urgentes e concluem afirmando que, claro, com estes modelos de desenvolvimento que têm favorecido o desemprego e o subemprego, agravam o problema da *marginalidade* urbana e rural, tornando-se assim, impossível para os países latino-americanos escapar do subdesenvolvimento e da dependência.

É fundamental não perder de vista que o golpe no Chile promovido pelos Estados Unidos é o primeiro de uma saga sangrenta e genocida que marca ao mesmo tempo o fim dos "trinta anos gloriosos" do capitalismo americano, marcando também o fim da sua irradiação desenvolvimentista para a periferia latino-americana. Os Estados Unidos, no centro do sistema mundo (Wallerstein, 2005) moderno colonial (Escobar, 2005) registaram entre 1945 e 1975 um crescimento económico marcado pelo empoderamento da força de trabalho. Embora, para a periferia latino-americana, no quadro da guerra fria com os movimentos do bloco soviético, somada à influência rebelde exercida pela então jovem revolução cubana (1959), obriga aos Estados Unidos a reagir ativamente para defender o que considera seu domínio territorial; lembremo-nos, *América para os americanos* de acordo com a Doutrina Monroe.

Neste quadro de movimentos e estratégias, a potência norte-americana promove à *Aliança para o progresso*; um programa de ajuda económica, política e social com os países latino-americanos executado entre 1961 e 1970. Com à ajuda norte-americana, alguns países da região fortaleceram os seus Estados, constroem infraestruturas de alto impacto, e, por outro lado, com dificuldade, vinham sustentando a aventura da industrialização através da substituição de importações. Desde uma perspectiva progressista, esses quase trinta anos do pós-guerra dão conta do melhor que o capitalismo americano conseguiu dar, tanto no centro, como na periferia, e que, no entanto, segundo a análise dos autores consultados, naquela época, o traço mais notável da região era o da insuficiência (Hardoy e Moreno, 1973).

Com tudo, a poderosa explicação da configuração do espaço produzido urbano-rural latino-americano com foco na urbanização dependente da época deixa estabelecidas as bases para compreender o presente, e por tanto, a nova fase da dependência. Esse é o objetivo central

de nosso aporte, sustentados em aqueles fundamentos teórico-metodológicos, e analisando tanto a conjuntura como as relações da política econômica e das mudanças na geopolítica, procuramos decifrar os traços centrais da produção contemporânea e multiescalar do espaço produzido na bacia do prata, especialmente na Argentina, com eixo no modo de produção agroindustrial orientado quase exclusivamente para as exportações. Um projeto transnacional estruturado espacialmente pela Hidrovia Parguai-Paraná e pela cosmovisão do *mandato exportador* (Cantamuto e Schorr, 2021) que ao mesmo tempo amarra e garante uma imperecível relação subordinada e dependente desta periferia do mundo cujo domínio, no entanto, é disputado pelas superpotências.

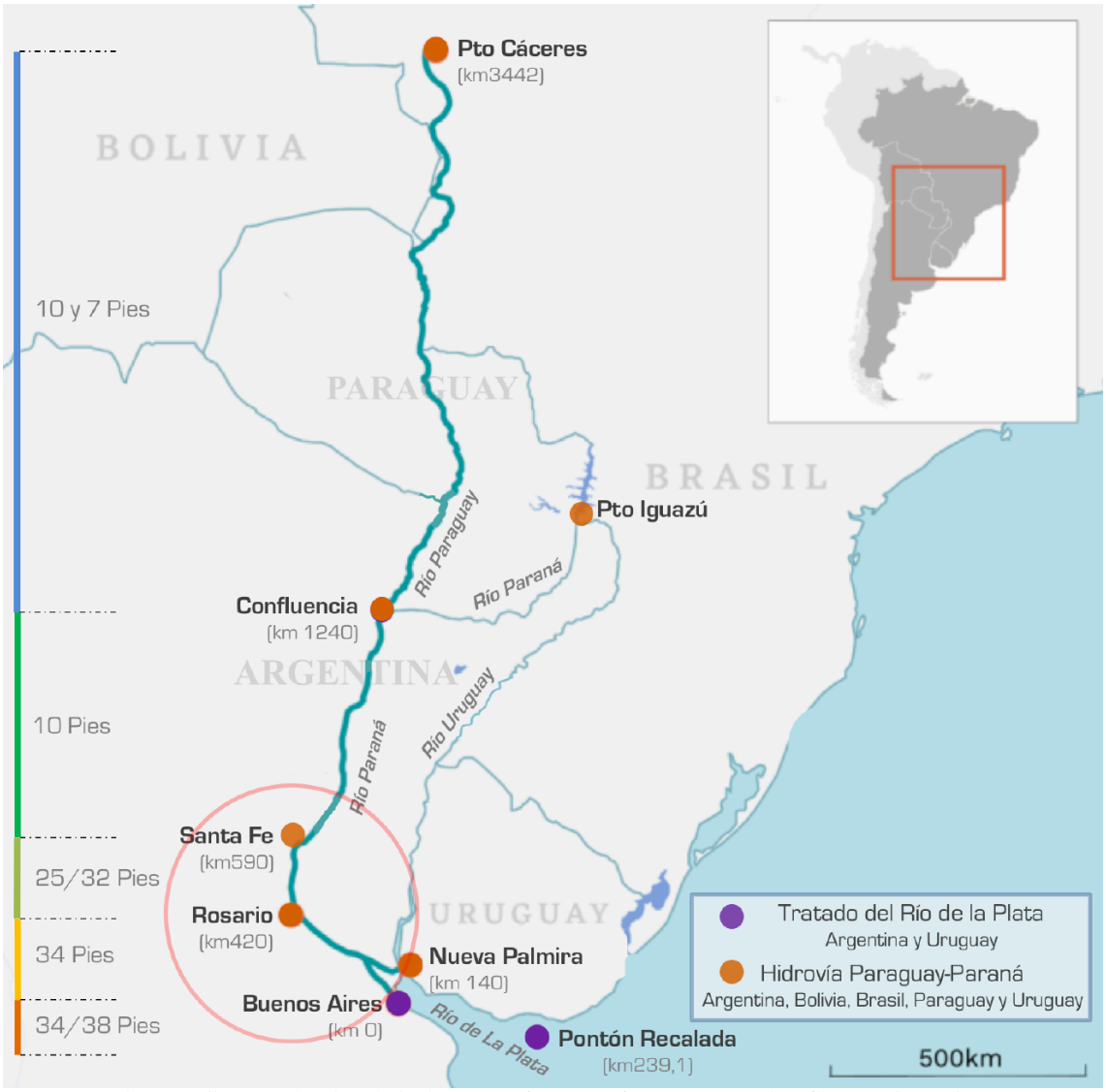
Como observamos, naqueles primeiros anos da década de 1970 terminou a fase produtivo-industrial do ciclo sistémico da acumulação americana, enquanto começava a segunda fase, a do livre mercado e da especulação financeira. Em 1971, o renovado grupo de poder derrubou os acordos de Bretton Woods (1944) e o capitalismo libertou-se das cordas que o prendiam à realidade material do padrão-ouro, e com isto começou o período do capitalismo financeiro. Ou seja, o eixo da acumulação passa da produção para a especulação, a usura e a espoliação dos bens sociais e naturais, promovendo uma completa reorganização das relações entre Estado, Capital e sociedade, estabelecendo assim as bases da incipiente globalização neoliberal.

No quadro dessa reestruturação total, as grandes corporações transferem gradativamente os processos produtivos mais intensivos em mão de obra e extração de matéria das nações industrializadas para as periferias, buscando reduzir os custos de produção. A lucratividade capitalista passa a depender da relação entre o custo de produção local e do preço do mercado mundial (Gaggero & Wainer, 2021, p.144). No custo local, além dos baixos salários para a mão de obra, temos que considerar também a falta de regulamentação ambiental e a liberalização do sistema financeiro. Tudo isto impacta na distribuição e na organização da empresa capitalista em escala planetária, criando uma fábrica a céu aberto que distribui de forma desigual as atividades pelo mundo, mas que permanece articulada de forma fluida por infraestruturas de circulação que por sua vez servem como espinha dorsal da globalização promovida pela nova fase de acumulação de capital. Em nosso caso, uma região articulada e estruturada pela Hidrovia Paraguai-Paraná, chamada também de "autopista fluvial do Mercosul".

Neste esquema, nossa hipótese defende a ideia de que quem controla estas redes de infraestruturas controlará a nova fábrica global, ou seja, a logística desloca gradualmente a produção, dando origem a todo um novo ecossistema de megacorporações que se tornaram dominantes e que com suas redes infraestruturais produzem e controlam tanto os fluxos, as praticas, e em definitiva o espaço multiescalar das periferias globais. Mesmo assim, nada está fixo nem determinado, pelo contrario, existem intensas disputas pelo controle político e económico do espaço, e, por tanto, das infraestruturas. Com essa ideia geral, nos apartados seguintes, analisamos a aguerrida disputa intercapitalista e interimperialista, pelo domínio da

infraestrutura crítica mais relevante do Cone Sul; a infraestrutura transnacional da Hidrovia Paraguai-Paraná cuja longitude de 3442 quilômetros de rios navegáveis, articula aos cinco países da bacia do Rio da Prata: Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai y Uruguai como expõe a figura 1.

Figura 1: Hidrovia Paraguai-Paraná com profundidades navegáveis atuais



Nota: O circulo vermelho ao redor da cidade de Rosario (Argentina) marca a zona de influencia direta do sistema portuário mais importante de Hidrovia Paraguai-Paraná.
Fonte: Mapa realizado pelo autor.

1- HEGEMONIA DOS EUA EM 1990 E O PAPEL DA CHINA NO BOOM DAS COMMODITIES (2003-2014)

A globalização transforma as relações capital-trabalho e ajusta as posições de poder ocupadas pelos atores, reconfigurando a organização económica e política à escala planetária. A reestruturação da engenharia capitalista ocorre em duas etapas, ruptura em 1970, e novos baseamentos em 1990. Jamie Peck (2010) define o primeiro momento como *roll-back*, ou seja, um ataque ou golpe que desregulamenta ou desmantela os centros burocráticos e de

poder, preparando e disciplinando os agentes para a nova fase; um processo que claramente, e como confirma a história, não ocorre sem violência. Antes mencionamos o golpe de Estado no Chile em 1973, ponto de partida do *Plano Condor* que espalhou ditaduras de direita por grande parte da América do Sul. O segundo momento é o *roll-out*, ou seja, o desenho de novas regulamentações sobre o que, em alguns países resta do antigo, precário e nunca concluído, Estado de bem-estar, dando assim origem, pelo contrário, aos princípios e necessidades do sistema financeiro e do livre mercado.

No caso argentino, para marcar uma data específica, o *roll-back* começou em 1976 quando, através de um golpe cívico-militar, autodefinido pelos golpistas como Processo de Reorganização Nacional, marca o ponto de inicio de um plano sistemático de ruptura violenta das conquistas alcançadas em favor das maiorias; a ditadura e o genocídio aparecem como a primeira fase do projeto neoliberal. Por sua parte, o ponto inaugural da segunda fase, pode ser apontado em 1989, quando a Lei 23.696 de Reforma do Estado foi executada sob a presidência de Carlos Menem. Esta Lei estrutural, juntamente com um amplo conjunto de outras regulamentações societárias, é para nós a última grande transformação que recebe o Estado argentino. Dessa data até o presente não poderemos encontrar em nenhum governo transformações estruturais como as daquele momento. A Reforma do Estado deve ser lida como parte de um projeto transnacional deliberado, com consciência de classe, planejado com o objetivo de atualizar o antigo modelo económico de exportação primária do século XIX, permitindo um novo ciclo de dominação e dependência.

A Reforma do Estado de 1989 promove um padrão de acumulação sustentado na especialização produtiva e na valorização financeira, o qual é assegurado por meio de um sólido conjunto de leis e regulamentações. Entre as mais importantes estão a dissolução por decreto do Conselho Nacional de Grãos em 1991; a nova Lei de Atividades Portuárias Lei 24.093 de 1992, cuja execução transforma o litoral fluvial regional ao permitir a implantação de terminais portuários que até então funcionavam de forma irregular. Paralelamente, é decretada a transferência da propriedade dos portos do país para as províncias e ao mesmo tempo é extinta a Administração Geral dos Portos (AGP) que até então estava nas mãos do Estado Nacional. Pouco depois suma-se, em 1995, que o tramo argentino, especificamente definido como Via Navegável Troncal (VNT) da Hidrovia Paraguai-Paraná (HPP) é concessionado para uma empresa privada. Logo, no ano seguinte, em 1996, a resolução 167 aprovou a entrada da soja transgênica no território nacional. Este conjunto de transformações orgânicas define o campo de atuação do modelo econômico nacional tendo como núcleo a agroindústria da qual a Hidrovia Paraguai-Paraná será o que a ferrovia foi para a Argentina no século XIX, sua maior infraestrutura extrativista orientada quase exclusivamente para a exportação.

Todo este conjunto de mudanças sistémicas, juntamente com inúmeras transformações persistentes na estrutura, forma e função dos diferentes níveis do Estado, materializam o que Harvey (2014) define como *arranjo espacial*. Neste caso, um arranjo espacial de alcance

transnacional, com centro na região de Rosario (ver figura 1), onde se concentra uma densa trama de terminais portuários especializados na agroindústria que armazena, processa e exporta quase o 80% dos produtos nacionais. Logo do fim da década de 1990 e com o arranjo espacial concluído, inicia o superciclo das matérias-primas em 2003, já para esse momento a região está totalmente regulamentada e pronta para crescer –e se expandir- de acordo ao que for solicitado pela procura capitalista mundial. Assim, a região Rosário volta-se a integrar ao sistema mundo (Wallerstein, 2005) como fornecedora de matérias primas, como já fazia no final do século XIX.

Talvez a grande diferença entre o primeiro e o segundo superciclo vivenciado pela argentina seja que, enquanto o primeiro se desenvolveu sob domínio totalmente britânico, o segundo ocorreu no quadro de uma transição acalorada de hegemonia que gradualmente passou dos Estados Unidos para a China, que também teve sua correlação na disputa sobre commodities e infraestrutura. Igualmente, como veremos neste trabalho, esta luta permanece aberta, razão pela qual a região da Bacia do Prata continua presa entre os interesses de ambas as potências. É preciso não perder de vista que esta luta pelo controle do território e das matérias primas está articulada à dinâmica da urbanização planetária, fortemente ligada à transição urbana chinesa (Zhang Jun, 2017), pais que durante neste período de tempo se transforma no primeiro parceiro comercial da região. Em 2011, mais de metade da população chinesa já vivia em cidades pela primeira vez na sua história. Estima-se que entre essa data e 2025, perto de 300 milhões de chineses emigraram do campo para as cidades, aumentando a capacidade de consumo do gigante asiático, ao mesmo tempo que perderam antigos modos de vida e meios de subsistência pressionando sobre outros ecossistemas do mundo.

2- O HIATO DO 30 DE ABRIL DE 2021 E AS AVENTURAS ERRANTES DO ALBERTO FERNÁNDEZ

A concessão da administração da Hidrovia Paraguai-Paraná (HPP) em 1995 à empresa Hidrovía S.A. formada pela belga Jan de Nul e pela argentina EMEPA, é um dos acordos estruturantes sobre os quais se sustenta o atual padrão de especialização produtiva e valorização financeira na Argentina, e de grande relevância para os países da bacia do Prata. A Hidrovia Paraguai-Paraná, espinha dorsal do modelo de produção dominante, como podemos ver na tabela 1, se sustentou sem dificuldades ao longo do tempo até 30 de abril de 2021, quando a concessão expirou pela terceira vez. A partir daí, uma resolução de longo prazo permanece indefinida.

Tabela 1: Cronologia da concessão do tramo argentino da Hidrovia Paraná-Paraguai

Presidentes	Prazos dos acordos
Carlos Menem (1989-1999)	Concessão 1995-2005 Empresa Hidrovia S.A.
Eduardo Duhalde (2002-2003)	1º Renegociação 2002-2010 Empresa Hidrovia S.A.
Cristina Fernández (2007-2015)	2º Renegociação 2010-2021 Empresa Hidrovia S.A.
Alberto Fernández (2019-2023)	3º Renegociação, indefinida desde o 30 de abril de 2021. Múltiplas e variados intentos falidos.
Javier Milei (2023-…)	Graças à indefinição do governo anterior, Milei recebe a HPP em dezembro de 2023 sem um acordo definido a longo prazo.

Fonte: Elaborada pelo autor

Num trabalho publicado no final do ano de 2022, nos perguntávamos acerca das possibilidades de transformar uma das bases decisivas da estrutura neoliberal criadas nos anos de 1990. Dizíamos que o corte temporal dessa pesquisa (1995-2021) respondia a um detalhado analises do processo histórico. Dizíamos também que o final da concessão da Hidrovia Paraguai-Paraná (HPP) tinha aberto um parêntese em abril de 2021 que ainda não se fechava e que, supostamente ficaria definido em algum momento do 2023.

> Pelo que os processos de conjuntura, meia e longa duração estão intensamente comprimidos numa prega temporal que pelo momento no encontra solução. No marco de acaloradas fricções, pesados atores se disputam o controle da chave maestra da Hidrovia Paraguai-Paraná, e se bem, muitas coisas podem acontecer, tudo parece sinalar que as forças que sustentam o projeto hegemônico são claramente superiores que as que o questionam (Scarpacci, 2022, 11).

Mesmo assim, com o pessimismo da inteligência, mas com o optimismo da vontade, é importante dizer que o final do hiato espaço-temporal acima mencionado, em que podiam acontecer mudanças importantes, ainda continua sem solução, não entanto, fica muito claro, a saída do hiato, é nova dependência. A partir daqui retomamos brevemente o processo histórico dos acontecimentos centrais.

Como já foi observado, Carlos Menem realizou a Reforma do Estado em 1989 e em 1995 concedeu a HPP por um período de dez anos sob os planos estratégicos longa e detalhadamente estruturados pelo grupo de poder que compõe um pequeno número de países liderados pelos Estados Unidos, pelo Fundo Monetário Internacional, e pelo Banco Mundial. As regulamentações do projeto transnacional que este grupo impulsa são replicadas com extrema semelhança em todos os países da região e que, em última instancia, organizam e dão substância à globalização desigual que articula centros e periferias. Esta investida provoca inicialmente um boom económico que beneficia um pequeno grupo de poder, e que depois, supostamente, e de acordo com a narrativa, iria derramar-se nos sectores menos favorecidos. Contudo, em apenas uma década, o projeto neoliberal iniciado em 1989 desencadeia a crise social e política mais importante da história argentina; a revolta social do

19 de dezembro de 2001. Um dia depois de iniciado o colapso, no 20 de dezembro, Fernando de la Rúa renuncia à presidência e foge da Casa Rosada de helicóptero.

Logo, o país mergulhou em um caos profundo, em poucos dias passaram pela presidência Ramón Puerta, Adolfo Rodríguez Saá, Eduardo Camaño e finalmente Eduardo Duhalde que gradualmente conseguira estabilizar o país. Em dezembro de 2002, quase um ano após assumir a presidência interina, Duhalde renegociou por mais oito anos a concessão da infraestrutura fluvial com a empresa Hidrovía S.A., até 2010. A crise económica tinha interrompido os subsídios estatais acordados por Menem um ano e meio atrás, pelo que, além da prorrogação do prazo, e a título de compensação, concedesse a empresa a possibilidade de aumentar em dólares o valor do pedágio em 45% a mais do que até o momento estava estabelecido (Taller Ecologista, 2006).

O próximo vencimento da concessão da HPP ocorre durante o primeiro mandato presidencial de Cristina Fernández de Kirchner. Durante 2009, o governo nacional renegociou o contrato com Hidrovía S.A., e no dia 21 de janeiro de 2010, a então presidenta dos argentinos assinou o decreto de prorrogação do contrato num ato que ela liderou pessoalmente. No calor do espaço de militância anunciou que a concessão seria prorrogada com a mesma empresa até o 30 de abril de 2021.

Ao longo da gestão Macrista, entre 2015 e 2019, o objetivo do governo é ampliar a capacidade da Via Navegável Troncal da HPP, deixando claro que o padrão de valorização financeira e de especialização produtiva não estava em questão. Tudo indicava que se manteria o mesmo esquema de contratações que os governos anteriores já haviam realizado: Menem em 1995, Duhalde em 2002 e Fernández de Kirchner em 2010. Porém, Macri perde as eleições, e em dezembro de 2019, assume o governo de coalizão de Alberto Fernández que recebe um país no qual acontecerão consecutivos incêndios.

Apenas três meses após a posse de Fernández, começou a pandemia da COVID-19, pouco depois, ele teve que enfrentar os compromissos assumidos pelo governo anterior que deixou uma dívida monumental e irresponsável com o Fundo Monetário Internacional. Por outro lado, mais uma vez, aproximasse o fim da concessão da Hidrovia Paraguai-Paraná, previsto para abril de 2021. Nesse quadro o governo inicia uma marcha por caminhos de encruzilhadas e abismos.

A proximidade da nova renegociação agita as águas, iniciando um tempo de anúncios, lutas e enfrentamentos. A pugna pelo controle da chave mestra do comércio exterior argentino expõe cruamente as diferentes posições dentro do governo de coalizão presidido por Fernández. Também expõem os confrontos entre as diferentes frações do capital como entre os diferentes imperialismos. Adicionalmente aparecem manifestações de resistência por diferenças políticas, como por reclamos pela soberania nacional, bem como as lutas socioambientais cada vez mais efervescentes que confrontam decididamente o modelo produtivo dominante.

Nessa dobra do tempo social em que os acontecimentos pareciam condensar-se, o presidente Alberto Fernández decide mudar as regras do jogo o dar uma reviravolta na história da concessão da Hidrovia Paraguai-Paraná. No dia 28 de agosto de 2020, no sítio histórico de "Punta Quebracho", foi anunciado a criação do "Acuerdo Federal de la Hidrovía", informando também que a cidade de Rosario serviria como Sede da nova entidade nacional. Nessa fala, dois pontos centrais são apresentados pelo Presidente:

Primeiramente, anuncia a criação do Consejo Federal Hidrovía (CFH) com diversas responsabilidades de gestão, entre elas, a licitação de uma nova concessão para as tarefas de dragagem e sinalização da Via Navegável Troncal da HPP e, conjuntamente, a criação de uma entidade de controle estatal, com a participação das províncias.

Em segundo lugar, propõe uma mudança fundamental, anuncia a intenção de nacionalizar a dragagem e o balizamento através da criação da empresa "Administradora Federal Hidrovía Sociedad del Estado". A nova empresa estatal teria uma participação do 51% pelo Estado nacional e do 49% dividido entre as sete províncias costeiras (Buenos Aires, Chaco, Corrientes, Entre Ríos, Formosa, Misiones e Santa Fé). Estes acontecimentos suscitaram expectativas muito fortes num amplo arco político ligado à esquerda e ao progressismo, juntamente com o horror atávico do bloco de poder articulado ao agronegócio. O anuncio do presidente Fernández dava um chute nas bases do neoliberalismo.

Diante do passo decisivo dado pelo governo, o setor agroexportador faz seus movimentos e exerce seu poder. Como resultado das pressões, três meses após o anúncio anterior de Punta Quebracho, no dia 26 de novembro de 2020, o presidente Alberto Fernández assina o Decreto 949/2020 no qual dá um passo atrás e renuncia à nacionalização da Hidrovia Paraguai Paraná (o segundo ponto acima mencionado).

Chegado o dia 30 de abril de 2021 a concessão expira, e o Estado ao não ter apresentado os documentos da licitação do concurso público, prorroga a concessão à empresa Hidrovía S.A. por seis meses a mais. Da mesma forma, seis meses depois, pouco antes da extensão expirar, ocorre um outro ponto de ruptura. Alberto Fernández através do Decreto 427, assignado em 1º de julho de 2021, transfere a administração da Hidrovia Paraguai-Paraná pelo prazo de um ano para a órbita do Estado; de setembro de 2021 até setembro de 2022. O dado não é menor, significa a transferência da histórica concessão privada para as mãos da Administração Geral dos Portos (AGP), ou seja, após 26 anos de administração privada, a Hidrovia Paraguai-Paraná temporariamente passa para as mãos do Estado nacional argentino.

Ao longo desse ano, no meio de fortes pressões económicas, ocorreram múltiplos confrontos políticos. Durante os primeiros meses em que a Hidrovia Paraguai-Paraná está nas mãos do Estado, Emepa e Jan de Nul continuam, embora não como Hidrovía S.A. nem como concessionários, mas por contrato direto e como contratantes independentes. Outro fato significativo é que neste parêntese de um ano, a arrecadação do pedágio da Hidrovia

Paraguai-Paraná passa para as mãos do Estado nacional, representado pela Administração Geral dos Portos (AGP) .

Já na órbita do AGP, e como no final de 2021, ainda não estão disponíveis as especificações adequadas para lançar um concurso longo (obras, tecnologia e planejamento), o ente convoca para um concurso curto. A licitação curta foi realizada em dezembro de 2021, porém, pressões imperialistas no meio, o resultado foi contestado, prejudicando principalmente às expetativas da China, que naquele momento parecia que suas empresas eram as candidatas favorecidas. A licitação longa, por sua vez, planejada para começar em setembro de 2022, nunca foi realizada, e nestas condições de indefinição, erros e recuos, o futuro da HPP passou para as mãos do governo Javeir Milei; claramente favorecido pela inoperância do governo anterior.

Resumindo, a gestão de Alberto Fernández realizou um complexo jogo de movimentos gatopardistas em que tudo mudou para que tudo continuasse igual, e a oportunidade de transformação passou, como se nada tivesse acontecido. Logo, com a vitória de Javier Milei, a história já era outra.

3- O GOVERNO MILEI E A RETOMADA AMERICANA

I. ACUMULAÇÃO ENTRELAÇADA: PASSADO, PRESENTE E FUTURO DA HIDROVIA PARAGUAI-PARANÁ

Incialmente Alberto Fernández ia criar uma empresa do Estado, para administrar a Hidrovia Paraguai-Paraná (HPP), mas desistiu com as primeiras resistências deixando o hiato aberto em mãos do seguinte mandato. Indefinição mediante do ex-presidente Fernández, o atual presidente Milei, cancelou definitivamente a oportunidade de transformação das bases do modelo hegemónico de produção argentino.

Milei recebe a Hidrovia Paraguai-Paraná em dezembro de 2023 sem acordo definido ao longo prazo. O atual Ministro das Infraestruturas, Guillermo Ferraro, nomeia Gastón Benvenuto como auditor da Administração Geral de Portos (AGP) com duas funções principais, por um lado, preparar o documento do concurso de longa duração da Via Navegável Troncal da HPP supostamente para dezembro de 2024 e, por outro, justificar o valor do novo pedágio aos outros usuários da infraestrutura internacional.

No presente, acontecendo frente de nós e estimulado pelo governo de Milei, assistimos a uma retomada acelerada dos Estados Unidos na Argentina com o objetivo de controlar os recursos naturais, mas também por questões geopolíticas e geoestratégicas. No marco desse arranjo, Milei entregou o controle da HPP aos Estados Unidos, inaugurando um novo ciclo de imperializarão na região. Ao mesmo tempo, a cidade de Rosario, atravessa um forte processo de militarização e violência como resultado da ação do narcotráfico que também usufrutua a HPP.

A partir de inicio de 2024, na cidade de Rosário houve um recrudescimento da violência perpetrada por grupos de narcotraficantes. No mês de marco, gangues, traficantes de drogas, com fins políticos assassinaram aleatoriamente a quatro trabalhadores dos transportes e de uma empresa de combustíveis. O objetivo era aterrorizar a população -qualquer pessoa podia ser a seguinte- e o objetivo era também pressionar o novo governo provincial. Esta situação fez com que o presidente e a sua ministra da Segurança Patricia Bullrich, juntamente com o governador da província de Santa Fe Maximiliano Pullaro, organizassem um "comité de crise" no qual participam as forças armadas. Como lembra Silvia Adoue (2024), esses movimentos fazem parte do quadro da "doutrina das novas ameaças" promovida pelos Estados Unidos e que substitui a velha "doutrina da segurança nacional" com a qual se justificaram as ditaduras do Cone Sul.

O grande volume de exportações de produtos agrícolas juntamente com cargas de tráfico de drogas não é por acaso, os Estados Unidos desde a ditadura argentina são parte ativa deste movimento. Como explica o jornalista e deputado por Santa Fe, Carlos del Frade (2015) "o tráfico de drogas começou como um negócio paraestatal da ditadura argentina" articulado com a ditadura de Hugo Bánzer na Bolívia. Os negócios entre os dois países continuaram então sob a orientação do ditador Luis García Meza, que operava sob o consentimento e proteção da CIA. Para operar, utilizaram a zona franca do porto de Rosário que havia sido concedido à Bolívia; contudo, hoje não da para ficar surpresos. Mercadorias legais e ilegais entrelaçadas (Terán-Mantovani e Scarpacci, 2024) fluem pelo rio Paraná, e, como já aconteceu, sob o controle e supervisão dos Estados Unidos, não é estranho que isso aconteça novamente.

II. GEOPOLÍTICA E O CORPO DE ENGENHEIROS DO EXÉRCITO DOS EUA NA HPP

Na primeira hora que o novo governo toma posse, alinha-se atrás dos interesses dos Estados Unidos. Vale a pena recuperar três acontecimentos do novo arranjo geopolítico: i) o governo nacional promove a instalação de uma base militar norte-americana na cidade de Ushuaia, na Tierra del Fuego, enquanto, ao mesmo tempo, o governador da mesma província propõe a instalação de um porto polivalente na cidade de Rio Grande financiado por capital chinês; ii) a disputa entre China e Estados Unidos por minerais críticos como o lítio no quadro de transição energética, em que Argentina, Bolívia e Chile possuem umas das maiores reservas do mundo, e; iii) a cessação de um acordo preliminar de cooperação entre a Administração Geral de Portos e o Corpo de Engenharia do Exército dos Estados Unidos para trabalhar em conjunto com o Estado no rio Paraná, chave maestra do comércio exterior argentino e também portal principal do tráfico de drogas. Abaixo, aprofundamos neste terceiro ponto.

A Autoridade Geral dos Portos (AGP) atribuiu um Memorando de Entendimento conjunto que permite ao Corpo de Engenheiros do Exército dos Estados Unidos (USACE) trabalhar na Via Navegável Troncal da HPP. O Memorando de Entendimento é assinado em 7 de março de

2024 pelo prazo de quatro anos. Segundo as explicações da AGP, trata-se de um acordo de colaboração e troca de informações. Mais detalhadamente, a declaração explica que:

O acordo permitirá aprofundar o intercâmbio entre as duas administrações, com foco na eficiência e no desenvolvimento de novas formações em aspectos de gestão portuária e hidroviária, manutenção da navegação e equilíbrio ambiental, bem como desenvolvimento de infraestrutura, entre outras áreas (Comunicado de gobierno, 2024).

O que que não diz o *Comunicado de gobierno* é que isso, significa também a ocupação permanente da força norte-americana na espinha dorsal por onde flui o comércio internacional argentino e dos países da bacia do Prata. Apenas uma semana depois, junto com a entrada dos Estados Unidos na Argentina, em 15 de maio de 2024, o presidente Milei inaugura um busto de Carlos Menem na Casa Rosada. Uma espécie de retorno aos anos noventa. A principal diferença um e outro, pode ser que enquanto Menem entregou os bens do Estado, ou seja, as grandes empresas e bens de capital do Estado, Milei, já sem esses ativos, procura entregar os recursos naturais. A Lei de Bases que contém o Regime de Incentivos aos Grandes Investimentos (RIGI) tem esse objetivo.

III. A LEI DE BASES E O REGIME DE INCENTIVOS AOS GRANDES INVESTIMENTOS (RIGI)

A última revolução político-normativa da Argentina, como já foi observado, foi realizada por Menem na década de 1990, quando reformou o Estado e depois, juntamente com um conjunto amplo e sistêmico de políticas, também entregou aos interesses privados a infraestrutura que suporta o comércio exterior argentino. Assim, os bens socialmente produzidos ao longo da história argentina já não existem, pelo menos, como patrimônio do Estado.

Atualmente, num país endividado e sem acesso ao crédito, graças à gestão de Macri, a única forma de sustentar a taxa de câmbio proposta pelo atual governo e ao mesmo tempo conter a inflação "é alienando os nossos recursos naturais (principalmente hidrocarbonetos e minerais), daí a importância fundamental para o governo do RIGI, incluído na Lei de Bases" (Cantamutto e Wainer, 2024), ou seja, o RIGI é uma espécie de 1990, só que recarregado.

Os economistas alertam também que mesmo que o projeto fosse bem-sucedido nos seus próprios termos, o que sempre acontece na Argentina voltaria mais uma vez a acontecer: os dólares que entrariam com o novo regime de investimento fugiriam logo em maiores quantidades. O RIGI dá novo corpo ao antigo e persistente desejo dos grupos económicos, -a Argentina mero fornecedor de matérias primas- e obviamente também põe fim ao pouco que sobra da velha indústria nacional.

A transição energética corporativa alavancada por organismos multilaterais promove o extrativismo verde apoiado na arquitetura financeira onde destacam os títulos da dívida argentina. Neste quadro "libertário", o país abdica de receber impostos gerados por rendas extraordinárias, a estimular atividades de valor acrescentado, e perde literalmente a

capacidade de decidir sobre o que fazer com os seus recursos naturais, tão fundamentais como a água.

Por sua parte, o governo de Milei explica que não é possível receber grandes investimentos sem garantir benefícios suculentos ou assegurar estabilidade para os investimentos a longo prazo. Junto com isso, o RIGI estabelece um verdadeiro regime de exceções que proporciona segurança jurídica aos investimentos, e amarra, e deixa sem saída, ao estado argentino por mais três décadas, inaugurando uma nova fase de dependência e subordinação, agora, mais uma vez, principalmente baixo o controle dos Estados Unidos.

REFLEXÃO FINAL:

DÍVIDA, ESPAÇO E MANDATO EXPORTADOR...

O (re)esquentamento da luta entre as potências hegemónicas pelo domínio desta periferia global, no quadro de um capitalismo rentista hiperfinanceirizado, acompanha um retorno do neoextrativismo progressista com forte presencia do Estado para o extrativismo clássico, radicalizado pelas novíssimas politicas de entrega do atual governo. O governo "libertário" promove uma nova rodada de subordinação, reprimarização e aprofundamento da velha divisão internacional do trabalho que coproduz seu próprio tipo de urbanização, violenta, desigual e dependente.

Atualmente, o governo Milei continua preparando os documentos para o novo concurso longo da concessão da HPP, aquele que expirou em abril de 2021, e que posteriormente foi nacionalizado por Fernández para que passasse a operar sob o controle de uma empresa estatal. Parecia que com esta operação uma parte importante do antigo quadro neoliberal ficava para trás. Mas que, com o recuo e a apatia do governo de Fernández, e logo, com o governo de Milei, que sem ambiguidades chegou para reprimarizar a economia junto com reforçar a regulamentação da pilhagem de recursos naturais com a RIGI, daqui a pouco, a nova concessão "libertária", ainda sem definição, projeta para o futuro o projeto neoliberal recarregado trinta anos para frente. Claramente, o final aberto que mencionamos no início deste trabalho: é a nova dependência.

Lefebvre em sua obra A Revolução Urbana (1972) é conclusivo quem produz o espaço o domina, e, como apontamos, a HPP é hoje para a Argentina o que foi a ferrovia no século XIX. Uma infraestrutura de base que se expressa no território como uma unidade contraditória: incorpora e fragmenta o espaço, expropria e mercantiliza a natureza e ao mesmo tempo homogeneíza as formas de vida e desiguala as sociedades. Como argumentamos ao longo deste trabalho, há uma retomada dos Estados Unidos na Argentina, recuperando o seu antigo quintal, esse que havia perdido com o avanço da China. Mas, para além da disputa geopolítica, nos perguntamos que é o que garante a dependência? seja espanhola, inglesa, norte-americana ou chinesa. Qual é a força que impulsa a repetição ¿infinita? da dependência? Abaixo oferecemos dois grupos de respostas a essas perguntas.

O MANDATO EXPORTADOR E A ESPIRAL DA DIVIDA

Uma resposta plausível às questões anteriores é a seguinte: a dívida em moeda estrangeira obriga ao Estado a arrecadar divisas nessa mesma moeda que só consegue das exportações. Uma das restrições centrais da economia argentina é o estrangulamento externo, ou seja, a falta de divisas para sustentar o crescimento. Mas, como explicam os especialistas, o problema não está aí, senão:

> nas áreas financeiras que provocam fugas sistemáticas de recursos. A dívida e seus pagamentos, a remissão de lucros, os pagamentos por serviços fictícios, a fuga de capitais são características determinantes desta restrição. No último quarto de século, a Argentina acumulou um superávit comercial (ou seja, vende mais do que compra ao mundo) e, apesar disso, o setor de pagamentos externos entra em problemas cíclicos devido aos problemas estruturais já mencionados" (Equipo Transiciones, 11, 2024).

É estranho que tanto os economistas ortodoxos como os neodesenvolvimentistas sempre concordem que a América Latina deve exportar sempre mais. Esta coincidência é decisiva, porque generaliza a ideia de que se quisermos libertar-nos do jugo da dívida, devemos exportar mais para poder pagá-la; este ciclo recorrente é definido por Cantamuto e Schorr (2021) como um mandato exportador. O Mandato exportador opera como uma obrigação na consciência coletiva da sociedade trás uma forte e arraigada impronta colonial; supostamente nosso papel no mundo, é exportar natureza. Embora, questionar esse papel "natural", exaspera até os setores historicamente mais progressistas.

Mesmo que, exportar mais, implique radicalizar a extração de matérias primas, provocando maiores pressões ambientais que, além disso, não se destinam a satisfazer necessidades sociais, mas sim para pagar a dívida... o que nos obriga a exportar mais e assim por diante. Destruir este feedback perverso implica desenhar uma outra arquitetura financeira, juntamente com avançar para outro modo de produção; o que implica também, enfrentar-se a esse projeto transnacional com consciência de classe que articula os centros de acumulação global com os interesses das elites nacionais, como já foi destacado na introdução de este capítulo. O espaço produzido não responde completamente aos interesses imperialistas senão também às decisões dos grupos de poder nacionais.

O padrão de especialização produtiva e de valorização financeira de acordo com o velho desígnio das vantagens comparativas integra a região na globalização neoliberal de forma subordinada e mergulha-a numa espiral descendente que não encontra solução. Num trabalho recente (Scarpacci, 2024) mencionamos que neste jogo de forças desiguais, as relações de poder estruturam o uso da terra e, portanto, definem as atividades sociais no

espaço ordenadas pelos imperativos de fluidez1, valorização financeira2 e seleção instrumental do espaço3.

Um caminho diferente, não apenas discursivo, poderia avançar em substituir as cadeias de valor globais por uma regionalização subcontinental da produção, e, ao mesmo tempo, trocar as economias de enclave por uma integração regional junto com enfrentar o antagonismo campo-cidade; esses são alguns dos desafios de uma transição que avance para um Estado ecosocial.

O PAPEL DO ESPAÇO NA REPRODUÇÃO DA DEPENDÊNCIA

Complementarmente ao anterior, a segunda resposta às questões levantadas ao inicio desta secção, encontra-se na inércia que as atividades adotam no espaço, como também na inércia do próprio espaço produzido.

Existe uma relação intrínseca entre espaço social e modo de produção, que ao mesmo tempo, também passa por sucessivos ciclos extrativistas produzindo inércias, ou seja, como resultado dessas dinâmicas extrativistas, se produz um tipo específico de espaço e de sociedade que tenderá a se-reproduzir ao longo do tempo. Cada ciclo de extração cria marcas indeléveis que deixam sinais (materiais e imateriais) no território por onde flui a extração, as quais serão amplificadas no ciclo seguinte, reforçando o perfil de um determinado modo de produção, e que, ao longo do tempo, são naturalizadas pela sociedade e tornam-se um mandato; uma obrigação social.

Dessa forma, os investimentos de capital, a herança dos aprendizados e costumes dos grupos, as leis e regulamentos dos Estados tendem a ser mantidos e repetidos ao longo do tempo. Isso não significa que essa reprodução ocorra de forma linear e sem variações, porém, as novas mudanças serão condicionadas pelas características espaciais e pelos valores sociais previamente criados e adquiridos. Isso explica, a dificuldade de questionar a infraestrutura da Hidrovia Paraguai-Paraná, o setor mais competitivo da economia argentina, que ademais estrutura o espaço transnacional da bacia do prata.

Além disso, essas marcas (ou melhor, cicatrizes) não estão apenas nos locais de extração (por exemplo, na mina), mas sim esparzidas ao longo do espaço sob a forma de infraestruturas que atravessam o espaço latino-americano de forma transescalar, levando os commodities do "campo" para a "cidade" e da "mina" para o "porto". Mercadorias que ainda devem ser deslocadas para os centros urbanos globais para que logo possam ser processados e

[1] Imperativo da fluidez: movimento que destrói as rugosidades espaciais e institucionais com o objetivo de aniquilar o espaço através do tempo, ou seja, realizar a circulação de mercadorias no menor tempo possível, eliminando elementos burocráticos, tecnológicos, naturais, culturais, entre outros.
[2] Imperativo de valorização e aumento constante da composição orgânica do capital promovido pelo crescimento económico ilimitado.
[3] Imperativo de seleção instrumental do espaço: promovido sob a lógica do "enclave", uso seletivo e exclusivo do espaço.

consumidos. O fenómeno da circulação e dos ciclos repetitivos em camadas sucessivas ao longo da história produz uma cristalização particular do espaço social que condiciona o presente, mas também, empenha o futuro.

Seguindo esta linha marxista, o espaço é um produto produzido que contém as relações desiguais de produção, mas que também tem a característica única de que, ao criá-lo socialmente, somos socialmente obrigados a viver em ele (Harvey, 2013), o espaço, nesta perspectiva, é um produto social que ao mesmo tempo nos produz socialmente. Isto é, quando uma sociedade cria e recria um território, ela cria e se recria a si mesma, ou como diz Marx em O Capital "e, agindo desta forma sobre a natureza externa a ele e modificando-a, ele modifica ao mesmo tempo sua própria natureza" ([1867] 2014, p.162). Segundo esta ideia, a reprodução das relações sociais de produção (ou de extração de natureza para as periferias globais) é assegurada no espaço, pelo espaço e, portanto, tenderá a repetir-se condicionando as vidas das gerações futuras.

O arranjo espacial produzido pela contrarrevolução neoliberal de 1990 inaugurou um ciclo de dependência do espaço urbano-rural de uma ampla região argentina estruturado pela Hidrovia Paraguai-Paraná; dependência recentemente recarregada pelo governo Milei. Portanto, para além da regulamentação neoliberal e das amarras da dívida e do mandato exportador, a inércia da materialidade da infraestrutura e do espaço produzido também garante e assegura uma subordinação hierárquica centro-periferia do território, projetando no futuro uma imperecível relação dependente.

REFERÊNCIAS

Adoue, S. 2024. Acertando el paso de la coreografía: extractivismo, narcos y militarización, publicado en Desinformémonos el 21 de marzo de 2024. https://desinformemonos.org/acertando-el-paso-de-la-coreografia-extractivismo-narcos-y-militarizacion/

Arrighi, G. 1994. O Longo Século XX. Rio de Janeiro: Contraponto.

Cantamutto F. & Wainer A. 2024. Milei sueña ser como Menem, una pesadilla para la mayoría del país. Publicado en Eldiarioar el 17 de mayo de 2024. https://www.eldiarioar.com/opinion/tribuna/milei-suena-menem-pesadilla-mayoria-pais_129_11373690.html

Cantamuto, F. & Schorr, M. 2021. América Latina y el mandato exportador. Publicado en Rebelión el 03 de agosto de 2021. https://rebelion.org/america-latina-y-el-mandato-exportador/

Castells, Manuel. 1973. “La urbanización dependiente en América Latina” (7-26). Castells, Manuel. Coord Imperialismo y urbanización en América Latina. Editorial Gustavo Gili. Barcelona. 464p.

Comunicado de gobierno. 2024. La Administración General de Puertos inicia las actividades conjuntas con el Cuerpo de Ingenieros del Ejército de Estados Unidos. Publicada em Argentina.gob.ar el 7 de marzo de 2024. https://www.argentina.gob.ar/noticias/la-administracion-general-de-puertos-inicia-las-actividades-conjuntas-con-el-cuerpo-de

Del Frade, C. 2015. El origen del poder narco en Santa Fe. Pelota de trapo. Publicado el 5 del 1 del 2015 https://pelotadetrapo.org.ar/el-origen-del-poder-narco-en-santa-fe-2/

Equipo Transiciones. 2024. Lineamientos para una transición ecosocial en la argentina. Julio de 2024. https://rosalux-ba.org/wp-content/uploads/2024/07/Equipo-Transiciones-Lineamientos-para-una-Transicion-Ecosocial.pdf

Escobar, A. 2005. El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. En Mato, D. (Coord.), Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización (pp. 17-31). Caracas, Venezuela: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela.

Gaggero, A. & Wainer, A. 2021. Los años noventa: el fin del sueño de una burguesía nacional. En Schorr, Martin (Ed.). El viejo y el nuevo poder económico en la Argentina: del siglo XIX a nuestros días (pp. 143-168). Siglo XXI.

Hardoy, J. E. & Moreno O. A. 1973. “Primeros pasos de la reforma urbana en América Latina” (439-464). Castells, Manuel. Coord Imperialismo y urbanización en América Latina. Editorial Gustavo Gili. Barcelona. 464p.

Harvey, D. 2014. Diecisiete contradicciones y el fin del capitalismo — 1.ª ed. — Quito, Editorial IAEN, 2014. p.293

Harvey, D. 2013. Ciudades rebeldes: del derecho a la ciudad a la revolución urbana. Editorial Akal, 2013.

Lefebvre, H., 1972. La revolución urbana. Madrid: Alianza Editorial.

Marx, K. 2014. El Capital I: crítica de la economía política. Ciudad de México: Fondo de cultura económica, [1867] 2014.

Peck, Jamie. 2010. Economías y políticas de escala: políticas rápidas, relaciones interescalares y workfare neoliberal. En: Fernández, V.; Brandão, C. (Org.). Escalas y Políticas del desarrollo regional: desafíos para América Latina. Buenos Aires: Miño & Dávila, 2010. p. 77--120

Pinto, A. 1976. Heterogeneidad estructural y modelo de desarrollo reciente de la América Latina. En Inflación: raíces estructurales, México, D.F., Fondo de Cultura Económica.

Scarpacci, M. 2022. Un proyecto instrumental para las periferias: dimensiones de poder, geometrías variables y agronegocio en la región Rosario, Argentina (1995-2021). Tesis doctoral - minerva.ufrj.br

Scarpacci, M. 2024. Portos fluminenses e seus espaços urbano-regionais: as paisagens da destruição criativa do capital. Revista Estado y Políticas Públicas Núm. 22, Año XII, mayo - septiembre de 2024: pp. 45-58.
https://revistaeypp.flacso.org.ar/files/revistas/1717208200_45-58.pdf

Taller Ecologista. 2006. Los dueños del río. La hidrovía Paraguay--Paraná: el negocio de los recursos en América Latina. Ecología Política. vol. 31. p. 27--39. 2006.

Terán-Mantovani, E. & Scarpacci, M. 2024. Economías criminales, extractivismo y acumulación entrelazada: un análisis multiescalar de los nuevos escenarios latinoamericanos. Revista URVIO Nº 38: pp. 8-31. DOI: https://doi.org/10.17141/urvio.38.2024.6146

Wallerstein, I. 2005. Análisis de sistemas-mundo: una introducción. Ciudad de México: Siglo XXI. 156 p.

Zhang, J. 2017. La transición de China hacia el crecimiento liderado por las ciudades. Project Syndicate.